

**Análise de Implementação de Políticas Públicas:
A Política Nacional de Humanização dos Serviços de Saúde de Porto Alegre**

Gianna Vargas Reis Salgado Dias

**Orientadora:
Prof. Dra. Luciana Leite Lima**

Apoio Financeiro: FAPERGS

Introdução: Política pública é uma diretriz elaborada para enfrentamento de um problema considerado público. O processo de implementação consiste nas ações de atores públicos e privados que almejam cumprir objetivos previamente definidos. Pode-se abordar analiticamente esse processo considerando a discricionariedade dos implementadores, os quais adaptam políticas de acordo com constrangimentos dos seus espaços de trabalho uma vez que interagem diretamente com beneficiários dos serviços prestados.

Problema de Pesquisa: De que forma a discricionariedade é usada na implementação da PNH? Quais resultados desse processo para a conformação da política pública?

Objetivo: Analisar a implementação da Política Nacional de Humanização nas Unidades Básicas de Saúde de Porto Alegre e, portanto, verificar como a discricionariedade proporciona a adequação da política pública e, portanto, seu redesenho.

Método: Qualitativo com a coleta de dados primários através de entrevistas semiestruturadas e dados secundários extraídos de cartilhas do Ministério da Saúde sobre a Política Nacional de Humanização, os quais foram categorizados e analisados por meio de análise de conteúdo.

A PNH segundo o Ministério da Saúde: criada em 2003 pelo Ministério da Saúde, visa traduzir as práticas de saúde em ações de assistência e gestão. Assim investe na valorização dos profissionais, dos usuários e dos gestores, para que esses atores possam fazer conjuntamente uma gestão em saúde mais responsável, participativa e horizontal.

A PNH segundo os implementadores: A falta de treinamento, a falta de recursos físicos e humanos percebidos por coordenadores das unidades e a diversidade (20) de atividades citadas como políticas de humanização evidencia o uso da discricionariedade como um mecanismo para adaptação da PNH aos constrangimentos dos serviços de saúde. A construção de ideias distintas do que possa ser a política possibilita, portanto, a implementação de uma política de humanização dos implementadores e não aquela fielmente elaborada pelo Ministério da Saúde.

Referências Bibliográficas:

- LIPSKY, M. (1980). *Street-level Bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russel Sage Foundation.
- MAJONE, G., QUADE, E.S. (orgs). (1980). *Pitfalls of analysis*. Londres e Nova York: John Wiley and Sons.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2004). *HumanizaSUS Política Nacional de Humanização: A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2008). *HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- SECCHI, L. (2010). *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- LOTTA, G.S. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde.
- FARIA, C.A. (org). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012b.